Promessa de R\$ 50 milhões e royalties

Em encontro com Lula, Hartung consegue a liberação de verba para Segurança e pagamento de servidor

RADANEZI AMORIM

Após uma reunião de lh20 com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ontem, em Brasília, o governador Paulo Hartung (PSB) obteve a promessa de envio ao Estado de R\$ 50 milhões que serão usados na reestruturação das polícias Civil e Militar e na reforma, construção e finalização de presídios do Estado.

Segundo Hartung, R\$ 20 milhões serão destinados à área de Segurança Pública, para a implementação de um projeto elaborado pelo secretário da pasta, Rodney Miranda, com a assessoria do Ministério da Justiça.

O projeto prevê a compra de viaturas, equipamentos e munições, além do aprimoramento de policiais, dentre outras medidas. Hartung também deixou a reunião com a garantia de que o Governo federal repassará mais R\$ 30 milhões para o sistema prisional capixaba.

De acordo com o secretário de Justiça, Luiz Moulin, o valor será usado para a reforma completa de todos os 13 presídios do Estado. Os recursos também serão usados para a construção do presídio industrial da Serra, de unidades para menores, e para a finalização do presídio de Colatina e do presídio feminino de Viana.

De acordo com Hartung, ainda não foi definido a forma e quando os valores serão enviados. "Este assunto será discutido pelos secretários com o Ministério da Justiça", explicou o governador.

Visita

Ainda segundo o Hartung, o presidente virá ao Estado no dia 22, para assinar a inclusão do Espírito Santo no Plano Nacional de Segurança Pública do Governo federal. O plano inclui a integração das forças federais de segurança com as dos Estados.

O governador lembrou que a integração já funciona no Estado, com a criação do Gabinete Integrado de Segurança Pública, que une a atuação das polícias Civil e Militar com a Polícia Federal, Receita Federal, Ministério Público Estadual e Federal e tem o acompanhamento do Ministério da Justiça. O Espírito Santo será o segundo Estado a ser incluído no programa.



Visita

O governador Paulo Hartung teve uma reunião de pouco mais de uma hora com Lula, no Palácio do Planalto, e aproveitou para agendar uma vista do presidente ao Estado, no próximo dia 22

Estado recebe nova proposta

Os resultados

No encontro de ontem do governador

Paulo Hartung com o presidente

ministros José Dirceu e Antônio Pallocci, ficou definida uma nova modalidade para a negociação dos royalties do petróleo. Veja como será a operação e os outros

Luiz Inácio Lula da Silva e com os

Veja como será a operação e os outro resultados da reunião:



Royalties

Pela proposta apresentada por Palocci, o Governo estadual cederia os royalties da produção de petróleo projetada para os próximos 20 anos, mas apenas dos poços já em produção. Este valor seria descontado automaticamente da dívida do Estado com a União.

Com o abatimento, o Governo poderia utilizar os valores das parcelas da dívida para o pagamento dos salários atrasados dos servidores.
O Governo deve ao funcionalismo os salários de novembro e dezembro de 2002. A dívida

da Fazenda, Antônio Palocci pode deixar o Estado mais próximo de concretizar a operação dos royalties do petróleo que serão usados para o pagamentos de salários atrasados dos servidores públicos. A proposta foi apresentada na reunião de ontem entre Har-

Uma proposta do ministro

Na reunião, foi acertado que o presidente virá ao Estado no próximo dia 22. Até lá, conforme informa Hartung, deve ser concluído o acordo com o Governo federal para fechar a negociação.

tung e o presidente Luiz Iná-

cio Lula da Silva, em Brasília.

Na nova modalidade sugerida pelo ministro, o Estado cederia à União os royalties da produção de petróleo projetada para os próximos 20

anos. O valor calculado seria bem superior ao estimado na proposta anterior, que tinha como base números previstos para apenas quatro anos.

A operação não incluiria os poços que venham a ser descobertos no período. Segundo Hartung, o valor projetado seria descontado da dívida do Estado com a União. Com o abatimento, o Estado teria um fluxo de caixa para destinar ao pagamento dos salários de novembro e dezembro de 2002 do funcionalismo.

Parcelas

Na prática, a proposta livra o Estado de parte da dívida com a União, permitindo que as parcelas sejam utilizados no pagamento dos sa-

lários em atraso

A dívida com a União foi estimada em R\$ 3,5 bilhões, que podem ser quitados em até 25 anos. O Estado desembolsa mensalmente perto de R\$ 25 milhões, num total em torno de R\$ 320 milhões ao ano, segundo cálculos de 2002 da Secretaria da Fazenda.

Se o valor dos royalties for estimado em R\$ 1 bilhão, por exemplo, o Estado passaria a dever 2,5 bilhões e teria R\$ 25 milhões mensais para serem usados no pagamento atrasado do funcionalismo.

"Estamos mais próximos de fechar a operação com esta nova sistemática, que resolve impasses políticos", assinalou Hartung. Ele acredita que até a vinda de Lula ao Espírito Santo já haja uma defi-

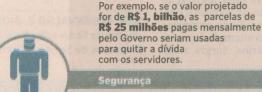
nição sobre como a operação será fechada.

O governador disse ainda que deverá ir hoje à Agência Nacional de Petróleo (ANP), no Rio de Janeiro, para discutir o cálculo dos valores envolvidos na operação. Os números, entretanto, serão bem superiores aos estimados inicialmente.

Dívida

Ao assumir o Governo, Hartung herdou uma dívida de R\$ 280 milhões com os servidores, a maior parte dela referente aos salários de novembro e dezembro da administração anterior.

Logo que começaram as negociações dos royalties os valores foram estimados em R\$ 319 milhões. Com o abatimento, o Governo poderia utilizar os valores das parcelas da dívida para o pagamento dos salários atrasados dos servidores. O Governo deve ao funcionalismo os salários de novembro e dezembro de 2002. A dívida com a União foi estimada em R\$ 3.5 bilhões até o final do ano passado



O Governo federal se comprometeu a liberar R\$ 20 milhões para a reestruturação das polícias Civil e Militar do Estado. Estão previstos a compra de equipamentos, veículos, munição, o aprimoramento de policiais, dentre outras melhorias na área de Segurança Pública estadual.

Sistema Prisional

O presidente se comprometeu a liberal R\$ 30 milhões

para a construção de um presídio na Serra; reformas de todo os presídios do Estado; construção de unidades para menores: a construção de novos pavilhões no Mosesp 2 e a federalização da unidade; além da finalização do presídio de Colatina e do presídio feminino

A Gazeta/Ed. de Arte

Lula comunica reunião a Hartung

Luiz Inácio Lula da Silva comunicou ontem ao governador Paulo Hartung que marcou para o próximo dia 16 a nova reunião com os 27 governadores para fechar o texto da reforma tributária. No fim da reunião, o presidente estaria disposto a levar pessoalmente a proposta ao Congresso junto com os governadores.

Os líderes da oposição no Senado, puxados pelo PMDB, encamparam a proposta do líder do Governo, Aloízio Mercadante (PT-SP), de começar na Casa a tramitação da reforma tributária.

A decisão, tomada em reunião entre PMDB, PFL e PSDB, só serviu para aumen-

Brasília - O presidente tar a reação da Câmara à idéia. Mercadante afirma que a intenção é acelerar a discussão das reformas, e não deflagrar uma disputa. Se prevalecer o impasse, ele admite abrir mão da idéia.

"Não vamos patrocinar conflito nem fazer disso um cavalo de batalha. Aqui (no Senado) todos apoiaram. Se a Câmara achar que isso diminui seu papel constitucional, não vou insistir. Mas aposto na racionalidade", declarou o senador petista.

O principal argumento dos deputados contra a proposta de Mercadante é o de que o Senado é Casa revisora e não pode ser o marco inicial da tramitação de uma emenda constitucional.

Na nova modalidade sugerida pelo ministro, o Estado cederia à União os royalties da produção de petróleo projetada para os próximos 20

Sistema prisional será revisto no ES

O governador Paulo Hartung, em solenidade realizada ontem pala manhã no auditório do Palácio Anchieta, durante o lancamento do Plano de Intervenção Social na Casa de Custódia de Viana, afirmou que o Governo está comprometido com a mudança do sistema prisional no Estado. "Não queremos presídios que sejam depósitos de homens e mulheres que um dia erraram. Que eles paguem pelo crime que cometeram, mas que também possam retornar à sociedade e retirarem do seu trabalho o seu sustento e o de sua família", declarou ele.

O Plano, denominado "Ressocializando para Formar Cidadãos", foi concebido pela Secretaria de Estado da Justica (Sejus). Ainda durante o evento, o governador entregou ao secretário da Justiça as chaves dos quatro veículos para transporte de presos, doados pelo Ministério da Justiça. Os três furgões e uma ambulância foram adquiridos com recursos do Fundo Penitenciário Nacional.

A diretora geral dos Estabelecimentos Penais, Quésia da Cunha Oliveira, explicou que o Plano de Intervenção Social vai atender às necessidades emergenciais dos internos nas áreas jurídica, social e de saúde. Num primeiro momento, será realizado o atendimento jurídico e 14 advogados já estão levantando a situação processual dos internos da Casa de Custódia. O Plano também prevê melhoria das instalações físicas do presídio e já começaram as obras de recuperação do Pavilhão 2 e a instalação de minienfermaria.

Na prática, a proposta livra o Estado de parte da dívida com a União, permitindo que as parcelas sejam utilizados no pagamento dos sa-

ta nova sistemática, que resolve impasses políticos", assinalou Hartung. Ele acredita que até a vinda de Lula ao Espírito Santo já haja uma defiministração anterior.

Logo que comecaram as negociações dos royalties os valores foram estimados em R\$ 319 milhões.



Casagrande teve encontro com o ministro Thomaz Bastos, do qual também participaram os deputados Neucimar Fraga e Iriny Lopes

Câmara federal discute combate ao crime organizado

Os deputados federais Iriny Lopes (PT), Neucimar Fraga (PL) e Renato Casagrande (PSB) participaram ontem, juntamente com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, da audiência pública da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara.

Na audiência foram iniciadas as definições sobre os procedimentos que serão adotados no combate ao crime crime organizado no país. Além de discutir o problema, a comissão, que também tem função investigativa, trabalhará em conjunto com o Ministério da Justiça e o Poder Iudiciário.

Santo, no entanto, de acordo com Casagrande, não foi debatida. "Estamos discutindo o combate ao crime de uma forma mais abrangente. Não entramos em discussões específicas para não nos perdermos nesse trabalho", explicou o parlamentar.

Plano

O Plano Nacional de Segurança Pública elaborado pelo Governo federal foi o principal assunto discutido na audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, on-

Na próxima segunda-feira, em Porto Alegre, será realizada uma reunião com todos os A situação do Espírito secretários de Segurança do

país para celebrar a criação do Sistema Único de Segurança Pública. O Ministério da Justiça pretende transformar a segurança pública no Brasil em um sistema único no que diz respeito aos padrões, serviços de inteligência, rotinas e uniformização de boletins de ocorrência.

O plano, que será apresentado pelo secretário nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares, pretende estabelecer convênios de cooperação com os estados para o combate ao crime organizado. O primeiro acordo de trabalho integrado será firmado com o governo do Rio Grande do Sul, similar ao que já foi assinado com o do Espírito Santo.